

GT 6. Revoluções na América Latina e dilemas do socialismo

Reforma ou revolução na Venezuela pós-Chávez?

Flávio Mendes¹

Resumo. Após catorze anos de “Revolução Bolivariana”, seus partidários podem comemorar alguns indicadores econômicos e sociais positivos, reconhecidos até mesmo por parte da oposição. Ao lado da crescente politização da sociedade, aqueles dados ganham espaço no discurso *oficialista*. Estes seriam a prova de que o irreversível caminho rumo à “Revolução” é construído, até aqui, com reformas e programas sociais exitosos. Neste trabalho exploro a hipótese de que a solidez dos números pode camuflar a fragilidade de um modelo antigo, mas persistente, baseado na renda do petróleo e em políticas sociais dela derivadas. Sugiro que essa agenda está relacionada ao instável equilíbrio em que consiste o bloco chavista, agora ameaçado pela morte de sua maior liderança e principal responsável pela manutenção de sua unidade. Sem Hugo Chávez, o chavismo deve mudar num sentido que dependerá das disputas dos grupos que existem dentro e fora do bloco, com efeitos incontornáveis sobre os rumos da “Revolução”.

Palavras-chave: Venezuela; petróleo; Hugo Chávez.

Introdução

Alguns dados sobre o desempenho econômico e social da “Revolução Bolivariana” impressionam. Segundo a CEPAL, entre 1998 e 2011 o produto interno bruto *per capita* da Venezuela quase triplicou (de 3.889,50 para 10.731,10 dólares). No mesmo período, a taxa de desemprego caiu de 11,3% para 8,3%, apesar do pico de 18% atingido em 2003, em meio ao boicote à produção do petróleo promovido pela oposição. O índice de pobreza caiu de 49,4% para 29,5% da população, enquanto a percentagem de pessoas em situação de pobreza extrema despencou de 21,7%, em 1999, para 9,9% em 2008. A desigualdade na distribuição da renda, medida pelo índice de concentração de Gini, caiu de 0,50 em 2002 para 0,397 em

¹ Sociologia, IFCH/UNICAMP.

2011.² Diante desses números, mesmo a oposição ao chavismo tende a variar entre um silêncio envergonhado ou um reconhecimento resignado e incômodo. Ainda que o apelo à incapacidade administrativa dos “bolivarianos” persista como uma das armas da crítica opositora, esta destaca, sobretudo, a inaptidão do governo ao lidar com problemas da vida cotidiana, como a coleta de lixo ou a segurança pública. Quando saltamos ao plano da política de Estado, as acusações apontam para temas de outra natureza, como a corrupção e o autoritarismo.

Entre os partidários do chavismo, os indicadores econômicos e sociais se tornaram motivo de orgulho e vitrines dos sucessos da “Revolução”. A ênfase nestes resultados restringiu ainda mais o estreito campo de atuação aberto à oposição, que fracassou em repetidas tentativas de retirar Chávez do poder. As derrotas ensinaram a alguns de seus líderes que as acusações de corrupção e autoritarismo, bem como os ensaios golpistas, têm pouco apelo popular. Como resultado, novas lideranças ganharam espaço no interior do bloco opositor, hoje pautado num discurso relativamente mais moderado que chega a reconhecer os citados avanços da “Revolução Bolivariana” nas áreas social e econômica. Este é o caso de seu principal quadro, Henrique Capriles, quem em muitas ocasiões elogiou Chávez, além de apelar a símbolos nacionais e ao vocabulário utilizado pelo ex-presidente, como Bolívar, pátria e povo. Essa tática, porém, parece incapaz de retirar a oposição do beco sem saída em que se encontra, pois ela obriga seus interlocutores a jogarem num campo dominado, hoje, pelo chavismo: o do *reformismo*. Controlado durante décadas pela social-democracia venezuelana, este terreno encontra-se sob outra direção, embora este fato seja às vezes camuflado pela retórica revolucionária à qual seus novos donos recorrem.³

Ao ocupar esse espaço – o do reformismo – a “Revolução Bolivariana” não impõe restrições apenas ao avanço de uma agenda política mais conservadora. Também surgem obstáculos no caminho de um programa mais radical concebido no interior do bloco chavista. Essa impressão surge ao lado das respostas negativas dadas, a meu ver, para duas questões básicas: os indicadores econômicos e sociais positivos são realmente sólidos, ao ponto de

² Todos os dados fornecidos pela CEPAL. Segundo o mesmo órgão, o salário real na Venezuela sofreu uma queda de 25% nos últimos quinze anos, movimento não revertido pelo acentuado crescimento da economia a partir de 2008. Uma aparente contradição que se explica pelo fenômeno da desindustrialização, não revertido por Hugo Chávez, mas que teve suas consequências sociais e econômicas amenizadas pelo aumento do chamado salário indireto, ou seja, através dos diversos auxílios que o Estado fornece à população de renda mais baixa, como o acesso a alimentos subsidiados, responsáveis pela queda do custo de vida.

³ O resultado apertado das eleições presidenciais de 14 de abril de 2013 indica um crescimento da oposição relacionado à ausência de Chávez. Se ela avança nas urnas, permanece fragmentada e carente de identidade. Talvez o relativo êxito de Capriles esteja no fato de saber converter essa carência em virtude, o que faz, sobretudo, ao tomar para si a agenda e os símbolos da “Revolução”, agora órfãos.

indicarem a superação de velhos problemas nacionais, como a dependência da economia em relação ao petróleo? Os avanços orgulhosamente anunciados representam a satisfação da promessa de revolução social que alimentou as sucessivas eleições de Hugo Chávez? O “não” dado como resposta a cada uma destas perguntas simples, mas pouco lembradas, será acompanhado de uma justificativa na primeira parte deste texto, na qual sugiro a permanência de antigas características sociais e econômicas do país que é coerente com a agenda fundamentalmente reformista adotada pelos “bolivarianos”. Por fim, discutirei a conjuntura política que está por trás desse programa e os entraves que ele impõe não apenas às forças no interior do bloco chavista, mas ao futuro da “Revolução Bolivariana” como um todo.

Um modelo persistente: o rentismo petrolero na Venezuela

Os números não mentem, mas também não contam toda a verdade. O desempenho econômico demonstrado pelo governo venezuelano nos últimos anos não representa algo inédito no país, que assistiu a ciclos vigorosos de crescimento em diferentes fases de sua história. Um desses casos, que se deu sob a ditadura de Marcos Pérez Jiménez, nos anos 1950, chamou a atenção do economista Celso Furtado:

Entre 1945 e 1956, o produto bruto venezuelano aumentou 174%, isto é, a uma taxa acumulada anual de 8,1%, o que corresponde a 5% por habitante. Se se mede o produto venezuelano pelo gasto efetuado no território nacional (bens e serviços disponíveis), o aumento absoluto foi ainda maior: 196%, correspondendo a 10,4% anual e a 7% por habitante. [...] Se se mantém esse ritmo de crescimento, no final do próximo decênio a Venezuela, com uma população de pouco mais de 8 milhões de habitantes e um produto nacional superior a 8 bilhões de dólares, desfrutará de uma das rendas por habitante mais elevadas do mundo e será o primeiro país de clima tropical a incluir-se entre as nações de mais elevado nível de renda (FURTADO, 2008 [1957]: 36-37).

A análise do economista abrange um período de reaquecimento do capitalismo posterior à Segunda Guerra Mundial, quando a demanda por combustíveis no mercado internacional era elevada. Naqueles anos, a Venezuela estava sob o comando de Pérez Jiménez, um militar empenhado em criar as bases para a modernização do país. A análise fria dos números conduzia ao diagnóstico otimista esboçado por Furtado no final da citação. Mas seu estudo, preparado para a CEPAL, trazia várias ressalvas quanto ao desequilíbrio da estrutura produtiva venezuelana, efeito já provocado pelos chamados petrodólares. Para o autor, o modelo de desenvolvimento promovido no país, sustentado pela renda petrolera, estimulava o crescimento de setores econômicos com baixa absorção da mão-de-obra. Caso, por exemplo, da construção civil. Em contrapartida, as atividades reprodutivas, mais duradouras e

fundamentais para a manutenção de bons níveis de emprego, eram desestimuladas. Algo semelhante ocorria com o setor agrícola, incapaz de suprir a demanda interna de alimentos (FURTADO, 2008: 50-51). Esta configuração parecia conduzir a um cenário de pobreza, concentração de renda, especulação financeira e desemprego, fenômenos que contradiziam a aparente solidez da economia.

Um novo ciclo de crescimento ocorreu no país nos anos 1970, especialmente durante o primeiro mandato presidencial de Carlos Andrés Pérez, eleito em 1973 com um sugestivo *slogan* de campanha: "*democracia con energía*". A alusão ao petróleo, cujo preço se elevava em meio à crise no Golfo Pérsico, era inevitável. E o programa era claro: construir a social-democracia sobre a riqueza petroleira. Fernando Coronil (2002) demonstrou que o aumento de cerca de 400% da renda derivada do petróleo – impulsionada pela nacionalização de sua exploração e a criação da estatal *Petróleos de Venezuela* (PDVSA) – foi, de fato, o combustível para a expansão do Estado venezuelano naquela década. E foi, também, o impulso necessário para tentativas frustradas de desenvolvimento da indústria nacional, exemplificadas pelos investimentos na produção de motores. Em números absolutos, o que se viu foi um crescimento significativo dos setores agrícola e industrial, este mais acentuado: 60% entre 1973 e 1980. Pouco, porém, quando comparado ao crescimento do setor petroleiro. A manutenção de uma taxa de desemprego baixa, em torno de 5%, bem como a elevação da renda e do consumo, mascaravam a reafirmação do modelo rentista, que se mostraria insustentável na década seguinte.⁴

Após anos de recessão e crise, a economia venezuelana reencontrou o crescimento sob os governos de Hugo Chávez. Esse processo se distingue dos anteriores em diversos pontos, mas a comparação é inevitável. As diferenças passam pela conjuntura internacional, com o fim da Guerra Fria e a expansão chinesa. O cenário nacional, marcado pelo avançado processo de decomposição política, social e econômica do modelo de democracia pactuada, no final dos anos 1990, é outro fator importante. Também não podem ser ignoradas as características do Movimento Bolivariano, sua composição interna, seu arco de alianças e seu programa, anti-neoliberal e nacionalista, dados mais ou menos originais na história do país.⁵ Mas as semelhanças entre o atual ciclo de crescimento e os anteriores também são consideráveis. A começar pela dependência em relação à renda petroleira, em expansão, entre

⁴ Dados retirados de Coronil (2002: 402-403).

⁵ Analisei a formação do Movimento Bolivariano em Mendes (2012: 125-149).

outros motivos, graças à demanda chinesa.⁶ Como nos outros casos, o Estado assumiu o papel inevitável de principal motor do processo, uma responsabilidade da qual não pode se esquivar como grande administrador do excedente petrolífero. Um "Estado mágico", como indicou Coronil, centralizador e dotado de super poderes, mas altamente dependente de uma única mercadoria, cuja circulação se completa inexoravelmente fora do território nacional. Por fim, na esfera política, encontramos uma complexa e heterogênea aliança de grupos com propostas antagônicas, num conflito incessante pela hegemonia interna do bloco, algo não muito diferente do cenário que existia durante a democracia de *Punto Fijo* e que só se revelaria com a chegada da crise, nos anos 1980.

As semelhanças não param aí. Como nos casos anteriores, o Estado tem falhado na tentativa de estruturar uma indústria nacional capaz de sobreviver a uma imprevisível e provável queda da renda petrolífera. Dados fornecidos pelo Banco Central de Venezuela apontam a continuidade do processo de desindustrialização iniciado nos anos 1980: em 1998, a indústria respondia por 17,8% do PIB; esta proporção caiu para 14% em 2012. Na contramão, os setores de maior crescimento sob os governos de Chávez foram o de construção civil e o financeiro. Quando olhamos a produção agrícola por habitante, também assistimos a uma queda: segundo a CEPAL, esse índice caiu 5% entre 2000 e 2007. Não há dados disponíveis para os anos posteriores. Neste caso, é o projeto da soberania alimentar que esbarra em problemas estruturais da sociedade venezuelana, não amenizados pelo avanço da reforma agrária e pelo incentivo dado à agricultura familiar.

Analisado com maior detalhe, este cenário leva-nos à primeira constatação negativa: apesar de alguns avanços e medidas ousadas, os governos de Hugo Chávez não foram capazes de superar a antiga dependência do país em relação ao petróleo. Sabe-se que esta não é uma tarefa fácil e, portanto, creio que não pode ser tomada como único critério de avaliação da política econômica "bolivariana". Mas o ato de lembrar e reafirmar este problema me parece um exercício fundamental para que os partidários da "Revolução" não se iludam com indicadores econômicos positivos, numa reprodução tardia da crença na magia do Estado, explicitada por Coronil. Se o objetivo é avançar na transformação profunda do país – o que passa pela maior autonomia diante das oscilações do mercado internacional – o combate à

⁶ O aumento da renda proveniente do petróleo também deve ser creditado a medidas adotadas nos primeiros anos do governo de Chávez, sobretudo as mudanças no marco legal de regulação da exploração do produto, que permitiram a alta da arrecadação fiscal. Este processo, que está na raiz dos intensos conflitos com a oposição no período de 2000 a 2004, foi analisado por Ribeiro (2009: 79-91).

estrutura rentista me parece uma das empreitadas mais importantes. Ela exige, segundo o balanço aqui esboçado, maiores avanços.

Mas é também do petróleo que o país tira o dinheiro para financiar uma vasta rede de programas sociais estruturados, sobretudo, na forma de missões. São mais de vinte delas destinadas a cobrir várias demandas populares, como o acesso a alimentos mais baratos (*Missão Mercal*) e à saúde (*Missão Barrio Adentro*), além de programas de alfabetização (*Missão Robinson*), de promoção da reforma agrária e da produção agrícola (*Missão Zamora*). Como indicou Recondo, “o financiamento dos programas é realizado diretamente pela PDVsa, sem ser submetido ao controle da Assembleia Nacional, o que torna a administração dos recursos orçamentários particularmente opaca” (RECONDO, 2009: 49). A relação imediata entre as missões e a estatal petrolífera preocupa não apenas pelo lado da fiscalização dos gastos. O modelo indica que elas foram concebidas como programas emergenciais de combate a alguns problemas sociais encontrados no país e, anos depois, mantêm o mesmo estatuto. A baixa institucionalização e a alta dependência da renda gerada pelo petróleo causam incertezas quanto à sua manutenção em momentos de crise.

Vale lembrar que a criação de programas sociais de caráter emergencial não é um elemento original na história da Venezuela ou de outros países latino-americanos. Para Recondo (2009: 48), as missões se assemelham a medidas concebidas nos anos 1980 e 90 como contrapesos colados a planos econômicos conservadores. Nessas oportunidades, a assistência social era destinada aos mais pobres e, em alguns casos, contavam com o financiamento do Banco Mundial⁷. Apesar das semelhanças, algumas missões venezuelanas foram capazes de ultrapassar o caráter meramente assistencialista ao convocar a população para participar de sua concepção e fiscalização. E, diferente dos programas tradicionais, o público-alvo não é definido pela renda, mas pelo território de atuação, o que incentiva a participação popular.

Além de contribuir para a politização de setores da sociedade anteriormente colocados à margem do sistema político, as missões são sem dúvida as maiores responsáveis pela redução da pobreza e pela melhora da distribuição da renda no país. Porém, assim como o modelo econômico, elas se erguem sobre o terreno nada estável da renda petrolífera. Este fato, além da

⁷ Sobre o tema, esclarece Fernando Coronil: “É evidente que aqueles que dominam a ordem mundial desde os topos imperialistas buscam reformas que mantenham as relações de poder existentes. Em boa medida porque a pobreza surgiu como fonte de instabilidade global, a luta contra ela se converteu em um lema de agências e organismos internacionais que antes não mostravam maior interesse por este problema. Até o Fundo Monetário Internacional (FMI) agora o proclama como seu” (CORONIL, 2007: 204).

persistência de níveis ainda elevados de pobreza e desigualdade no país, inspira nossa segunda constatação negativa: apesar dos bons resultados alcançados por programas sociais concebidos em meio ao caos gerado pelo desmanche neoliberal, um balanço crítico nos leva a concluir que há ainda uma enorme distância entre as promessas da “Revolução” e suas realizações. Uma parcela considerável da população que depositou suas esperanças na liderança de Chávez permanece sem acesso a serviços públicos básicos e sob a ameaça das oscilações econômicas. O sucesso relativo das missões, colado à confiança no avanço das transformações da sociedade, sustentaram a aprovação dos “bolivarianos” até hoje. Uma diminuição de seu ritmo e a permanência de graves problemas estruturais, sobretudo com a ausência de Chávez, tende a minar este apoio popular.

As críticas aqui expostas não têm a intenção de ignorar ou diminuir os resultados alcançados desde 1999, que só foram possíveis graças a uma ousada mudança de rumos na condução do país. Sob os princípios nacionalistas da chamada Agenda Bolivariana, a Venezuela distanciou-se da receita neoliberal executada desde os anos 1980, o que permitiu a aplicação de reformas destinadas a reconstruir, muitas vezes do zero, tudo aquilo que os sucessivos planos de austeridade destruíram. Mas vale lembrar que a Venezuela da IV República, liderada pelos social-democratas, era também marcada por elevados índices de desigualdade e pobreza. Logo, um simples retorno àquela realidade não me parece o objetivo ideal a ser perseguido pela “Revolução”.

Para que um passo adiante possa ser imaginado, creio ser necessário, em primeiro lugar, refletir sobre o contexto político em que a agenda de reformas bolivariana foi concebida e executada, ou seja, realizar um balanço das relações de força que permitiram ao chavismo praticar seu programa e que, ao mesmo tempo, impediram-no até hoje de avançar em diversos pontos. A partir dessa análise, esboçada a seguir, poderemos imaginar uma provável mudança de conjuntura imposta pela morte de Chávez e os novos caminhos supostamente abertos, a partir de agora, para os “bolivarianos”.

Após Chávez, o que fazer?

A eleição de Chávez, em 1998, encerrou quarenta anos da democracia de *Punto Fijo* na Venezuela, período no qual as lideranças de *Acción Democrática* e *COPEI* se alternaram na presidência do país. O declínio de uma tão longa supremacia não se deu da noite para o dia. Os primeiros sinais de esgotamento da social-democracia no país surgiram nos anos 1980,

com a queda do preço do petróleo e o crescente endividamento. Os problemas econômicos logo afetaram o Estado e sua rede de programas sociais, bem como a renda de ampla parcela da população. A crise social impulsionou a desconfiança dos eleitores nos políticos e partidos tradicionais, sobretudo a partir de 1989, com o segundo mandato de Carlos Andrés Pérez, autor de um plano econômico recessivo que foi o estopim para o *Caracazo*.⁸ Durante os anos 1990, a ampliação desse cenário negativo configurou, a meu ver, algo semelhante àquilo que Antonio Gramsci definiu como "crise orgânica".⁹ Nesta conjuntura, nenhuma força política tradicional tem condições de garantir a manutenção do sistema político, o que abre espaço para a emergência de forças alternativas. Este foi o caso, a meu ver, do Movimento Bolivariano, que sob a liderança carismática de Chávez reuniu diversos grupos políticos também afetados pela crise e, portanto, incapazes de chegar ao poder isoladamente.

Acredito que este breve resumo da conjuntura em que os "bolivarianos" chegaram ao poder diz muito sobre o conteúdo de sua agenda política. O nacionalismo, seu ponto mais forte, parecia ser a única pauta capaz de reunir uma parcela dos militares, da extrema-esquerda e mesmo de antigos social-democratas em torno da candidatura de Chávez. Setores que se opunham ao neoliberalismo por diversas razões, e que viam num possível governo do ex-militar a única alternativa para barrar os planos de austeridade econômica. Tudo amarrado com o apelo à soberania popular. Era inevitável que esse programa nacionalista defendido por uma base tão heterogênea se materializasse em reformas destinadas a reverter o desmanche realizado durante os anos anteriores. Era também previsível que mesmo longe de assumirem o radicalismo esperado por alguns setores do chavismo, essas reformas logo acenderiam o conflito e a polarização na sociedade venezuelana.

O governo venceu duras batalhas contra a oposição entre 2000 e 2004, e Chávez saiu delas mais forte e com maior capacidade de manter a coesão da aliança que o sustentava no poder. Outro saldo dessas disputas foi uma radicalização do discurso do presidente, acentuada a partir de seu segundo mandato. Foi quando ao lado dos símbolos nacionalistas surgiu um vocabulário de esquerda e a proposta de construção do "Socialismo do Século XXI". Mas a aparente mudança nem sempre se materializou, o que produziu uma disparidade entre as

⁸ Tratei dos eventos dessa onda de protestos em Mendes (2012: 96-114).

⁹ "O processo [de crise orgânica] é diferente em cada país, embora o conteúdo seja o mesmo [...] é a crise de hegemonia da classe dirigente, que ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução. Fala-se de 'crise de autoridade': e isso é precisamente a crise de hegemonia, ou crise do Estado em seu conjunto" (GRAMSCI, 2000: 60).

práticas e o discurso do presidente. Além de ser um dos sintomas da ambiguidade necessária para garantir a unidade das forças tão heterogêneas que o apoiavam, o radicalismo eventual do discurso era uma arma eficaz contra a oposição.¹⁰ Não obstante, ela poderia mascarar a fragilidade dos grupos de esquerda que o impulsionavam, como ponderou Coronil:

Enquanto não tem força suficiente para mudar o jogo, a esquerda proclama em voz alta seus ideais, mas ajusta silenciosamente sua conduta. Isso levou a um crescimento do discurso esquerdista. Chávez é a máxima expressão desta tensão entre palavras e ações no âmbito do Estado, a tal ponto que este tema se converteu em objeto de debates. Para alguns, sua prática sempre termina coincidindo com sua retórica; para outros, sua retórica oculta uma prática acomodatória. Em todo caso – neste e em todos os casos –, não se trata simplesmente de um duplo discurso, de um divórcio entre palavra e realidade, pois o discurso tem efeitos reais. E um desses efeitos é que hoje é difícil fazer política na América Latina, ainda que à direita, sem colocar o “povo” no centro do discurso (CORONIL, 2007: 207).

Embora tenha colaborado para deslocar o eixo da política venezuelana, o radicalismo do discurso não parece ter brotado de amplas discussões no interior do chavismo. A ideia de “Socialismo do Século XXI”, concebida como algo a ser construído, transparece a indefinição a respeito da estratégia a ser seguida. Para Steve Ellner, entre a posse de Chávez, em fevereiro de 1999, e sua vitória no referendo revogatório de 2004¹¹, o adiamento do debate ideológico no interior do movimento podia ser justificado pela urgência dos combates cotidianos contra uma oposição fragilizada politicamente, mas muito agressiva e barulhenta. Ao sair vitorioso da crise e com poderes ampliados, o chavismo poderia dar maior atenção à definição clara de estratégias o que, segundo ele, nunca ocorreu:

De fato, os líderes chavistas têm outras razões para limitar o debate ideológico no interior do movimento a partir de 2004. A seção “Formação e doutrina” do MVR [Movimento V República] sempre considerou que seu papel consistia em reduzir as diferenças de opinião interna, em detrimento da elaboração de um modelo ideológico considerado como perigoso, pois capaz de fazer explodir o movimento. Esse risco é acentuado pela heterogeneidade na composição do partido, particularmente pela distância entre as posições de civis e de militares (ELLNER, 2009: 38).

Essa suspensão do debate reforça a hipótese de que o bloco chavista ainda se apresenta como um equilíbrio instável de grupos políticos divergentes e mais ou menos conscientes de

¹⁰ As ameaças de “radicalizar a revolução” foram muitas vezes usadas para amedrontar a oposição em momentos de intenso conflito. Este foi o caso, por exemplo, da recente declaração neste sentido do novo presidente eleito, Nicolás Maduro, em meio à crise proporcionada por sua eleição apertada e aos pedidos de recontagem dos votos por parte de Henrique Capriles. O uso da proposta de radicalização como mera ameaça indica que, a princípio, este não é o objetivo do governo.

¹¹ O referendo, previsto na nova constituição, foi solicitado pela oposição para decidir se Chávez, então na metade de seu primeiro mandato, continuaria ou não na presidência do país.

suas fragilidades políticas. Tal convicção leva suas lideranças a apostarem no futuro, ou seja, numa data desconhecida quando finalmente serão capazes de submeter suas estratégias políticas à prova do debate interno e externo com reais chances de vitória. Enquanto esse momento não chega, o foco do movimento como um todo se volta para fora de si e recai sobre a emergência da política cotidiana e das ainda gritantes questões sociais, além dos enfrentamentos à oposição, sobretudo nos períodos eleitorais. Se este quadro estiver correto, podemos afirmar que os grupos que constituem o bloco chavista, em especial as pequenas correntes de esquerda, não lograram superar os efeitos da crise que os colocaram à margem da política nacional durante boa parte da democracia pactuada ou mesmo quando essa desmoronou, a partir dos anos 1980.

Sabemos que tal fragilidade não é um dado exclusivo do chavismo. Encontramos cenário semelhante no interior do bloco opositor, capaz de se unir apenas pela necessidade imediata de tentar derrotar o governo nas brechas abertas pelos processos eleitorais. Se tomarmos, portanto, o conjunto das organizações políticas do país, o que veremos será a reprodução do cenário que emergiu a partir do declínio do *puntofijismo*: a ausência completa de forças políticas capazes de ocupar o Estado e de executarem uma agenda política e econômica bem definida, à esquerda ou à direita. Um vazio que, somado à recorrência dos problemas sociais e econômicos, leva-nos a concluir que a Venezuela permanece mergulhada numa profunda crise orgânica. O caos era menos evidente até aqui, creio, graças à aparência de unidade do chavismo, em parte construída pela atuação de seu líder máximo. Com a morte de Chávez, as rupturas do bloco tendem a emergir e, com elas, as fraturas que perpassam todo o sistema político.

Apesar da permanência da crise, muita coisa mudou no país desde a primeira eleição de Chávez. Um elemento importante a ser destacado é o aumento da participação política, sobretudo de setores da população até então excluídos de quaisquer processos de tomada de decisão. Produto, num primeiro momento, do apelo constante ao “povo” como ator político na agenda bolivariana, esse movimento parece ter se intensificado a partir da radicalização do discurso do ex-presidente. Embora ainda muito fragmentados e ligados à figura de Chávez, alguns desses novos atores da política venezuelana parecem ter compreendido que a conquista de direitos sociais e políticos depende de muita luta e ação organizada, o que marca uma ruptura em relação aos tempos de social-democracia, quando tudo aparecia como uma dádiva do Estado petrolero.

Essa nova face da “cultura de direitos”¹² na Venezuela provoca, inevitavelmente, um deslocamento à esquerda da política no país. De um lado, a oposição tem percebido esse movimento e aderido a propostas reformistas, bastante distantes da agenda que apresentavam poucos anos atrás. O discurso muitas vezes vai além do limite tolerável para a própria direita e, por isso mesmo, soa como falso. Do outro lado, o chavismo parece incapaz de dar passos mais decididos à esquerda e, de fato, radicalizar a “Revolução”. Neste impasse pesa a incerteza quanto ao impacto imediato de ações mais ousadas, sobretudo na área econômica, que poderiam gerar instabilidade dentro e fora do bloco que sustenta o novo presidente, Nicolás Maduro, personagem que ainda precisa construir sua imagem à sombra de Hugo Chávez. Porém, colocadas na balança, essas dúvidas jamais podem superar o peso da constatação de que as verdadeiras transformações da sociedade venezuelana não virão sem maior ousadia. Não é difícil imaginar que grupos políticos dentro do chavismo tenham essa mesma leitura. Logo, a pergunta natural e de difícil resposta diante desse cenário é: o que fazer?

Acredito que a morte de Chávez aumentou a urgência de se buscar uma resposta a essa questão e, a partir dela, agir. Ainda que Maduro venha a demonstrar grande capacidade de amarrar as divergências que surjam no interior do seu bloco de apoio, não deverá atingir a mesma competência que o ex-presidente tinha nessa área. Sua tarefa será ainda ameaçada pela permanência de um chavismo cada vez mais esvaziado de significado, pois sem o “comandante” para apontar ou impor um caminho, diferentes correntes poderão anunciar um programa próprio como aquele que seria seguido pelo falecido líder. É difícil acreditar que Maduro conquistará a legitimidade necessária para falar em nome de Chávez e resolver conflitos desse tipo. Logo, a pressão sobre ele deve aumentar e uma tomada mais clara de posição de cada corrente, mas também do chavismo como um todo, parece inevitável. Nesta conjuntura, os grupos mais à esquerda dentro do bloco devem apresentar um programa decidido para a “Revolução”, algo que não surgirá sem uma abertura para o amplo debate ideológico, até hoje adiado. Esses grupos são agora impelidos pela história encontrarem suas identidades, sob o risco de serem devorados pelo conservadorismo e pelo reformismo. A tarefa é, portanto, tão difícil quanto inevitável.

¹² Utilizo a definição oferecida pelo sociólogo venezuelano Edgardo Lander (entrevista concedida em Caracas, 06/03/2009). Para ele, a expectativa de que o Estado atenda às necessidades urgentes da população surgiu nos anos dourados da social-democracia no país. Essa cultura teve seu papel na contestação da agenda neoliberal e, mais tarde, na eleição de Chávez e em sua manutenção no poder.

A Venezuela pós-Chávez vê-se obrigada a acelerar a decisão sobre seu futuro. A população e as forças políticas hoje no poder devem optar entre a manutenção de um frágil Estado de bem-estar petroleiro – uma versão atualizada do que foi a fracassada experiência do *puntofijismo* – ou a ruptura definitiva com a ainda muito viva dominação burguesa no país. É impossível dizer se uma agenda mais radical tem condições de se impor no seio do chavismo e, o mais importante, diante da sociedade venezuelana, mas essa dúvida só poderá ser esclarecida na prática. A permanência da conjuntura de crise orgânica sugere que uma contra-hegemonia ainda está em processo de construção e ela necessita de novos e contínuos impulsos. Sua evolução esbarra em diversos problemas, como a fragilidade do espaço público, sufocado pela polarização da sociedade, e a proeminência da liderança carismática, que inviabiliza a ascensão de novos quadros oriundos dos movimentos populares. Além da luta cotidiana, outro combustível fundamental para que a luta hegemônica não se interrompa é a definição de um claro programa que indique os próximos passos da “Revolução Bolivariana”. Essa é uma agenda cuja definição parece a cada dia mais urgente.

Referências bibliográficas

- CORONIL, Fernando. (2002). *El Estado mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Caracas: Nueva Sociedad.
- _____. (2007). “El estado de América Latina y sus Estados. Siete piezas para un rompecabezas por armar en tiempos de izquierda. *Nueva Sociedad*, jul./ago. 2007. Buenos Aires: Nueva Sociedad.
- ELLNER, Steve. (2009). “Une révolution sans objectifs ? Le « processus révolutionnaire » au Venezuela”. In : Compagnon, O. ; Rebotier, J. ; Revet, S. *Le Venezuela au-delà du mythe. Chávez, la démocratie, le changement social*. Paris : Les Édition de l’Atelier/Éditions Ouvrières, 2009.
- FURTADO, Celso. (2008) [1957]. *Ensaio sobre a Venezuela: subdesenvolvimento com abundância de divisas*. Rio de Janeiro: Contraponto/Centro Internacional Celso Furtado.
- GRAMSCI, Antonio. (2000). *Cadernos do Cárcere*. Volume 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MENDES, Flávio da Silva. (2012). *Hugo Chávez em seu labirinto: o Movimento Bolivariano e a política na Venezuela*. São Paulo: Alameda/FAPESP.

PORTANTIERO, Juan Carlos; DE IPOLA, Emilio. (1981). "Lo nacional popular y los populismo realmente existentes". *Nueva Sociedad*, nº 54, p. 7-18. Caracas: Nueva Sociedad.

RECONDO, David. (2009). "Pétrodollars et politiques sociales". In: Compagnon, O. ; Rebotier, J. ; Revet, S. *Le Venezuela au-delà du mythe. Chávez, la démocratie, le changement social*. Paris: Les Édition de l'Atelier/Éditions Ouvrières, 2009.

RIBEIRO, Vicente Neves da Silva. (2009). *Petróleo e processo bolivariano: uma análise da disputa pelo controle do petróleo na Venezuela entre 2001 e 2003*. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – UFRGS.